



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

Nos dias três e quatro do mês de maio de 2007, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais, localizada na Av. Álvares Cabral, nº. 1.690, 1º andar, bairro Santo Agostinho, sob a presidência do Procurador de Justiça, Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas, Diretor da Fundação Escola Superior do Estado do Rio Grande do Sul; e com a presença dos Doutores Maurício Kalache, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Paraná; Nelson Gonzaga de Oliveira, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Jacson Rafael Campomizzi, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais; Adélia Moreira Pessoa, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional de Sergipe; André Mauro Lacerda Azevedo, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Denilson Feitoza Pacheco, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais; Erivan José da Silva Lopes, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público de do Piauí; Fábria de Melo Fournier, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará; Fernando Mário Lins Soares, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público da Bahia; Francisco de Assis Aires Argüelles, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amazonas; Gilberto Morelli Lima, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Gustavo Mereles Ruiz Diaz, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina; Humberto Pimentel Costa, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Alagoas; José Antonio Borges Pereira, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso; José Antônio Oliveira Bents; Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão; Júlio César Finger, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Rio Grande do Sul; Maria Amélia Nardy Pereira, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Maria Helena Nunes



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

Lyra, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá; Marcelo Zenkner, Diretor da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público do Espírito Santo; Marcus Vinícius Amorim de Oliveira, da Escola Superior do Ministério Público do Ceará; Oscar D'Alva e Souza Filho, Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Ceará; do Dr. Ronald de Souza, ex-Diretor da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público do Espírito Santo e Coordenador de Comissão do CDEMP; Sumaya Saady Morthy Pereira, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará; Vera Nilva Álvares Rocha, Diretora do Centro de Estudos e Fundação Escola Superior do Ministério Público de Tocantins e da Dra. Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembléia Geral, o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: “**1) Painel: Expositor: Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Subprocurador-Geral da República e Diretor da Escola Superior do Ministério Público da União – “Regulamentações já realizadas: experiências”. 2) Apresentação, pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP, da proposta de alteração da Resolução nº. 04/2006 daquele colegiado. 3) Apresentação do relatório da Comissão da proposta de critérios mínimos à configuração dos Cursos atividade jurídica (Dra. Fábria de Melo Fournier (CEAF/PA), Dr. Marcos Vinicius A. de Oliveira (ESMP/CE) e Dr. Ronald de Souza, coordenador (ESMP/ES)) 4) Discussões e deliberações sobre a referida proposta. 5) Assuntos Diversos”.** Às 14,00 horas do dia três de maio iniciaram-se os trabalhos, formando-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dr. Jarbas Soares Júnior**, DD. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; **Dr. Rodrigo César Rebello Pinho**, DD. Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais; **Dr. Antonio de Padova Marchi Júnior**, DD. Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais e Presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais; **Dr. Edson Ribeiro Baeta**, Ex-Presidente do CDEMP e representante do Presidente da Associação Mineira do Ministério Público; **Dr. Jacson Rafael Campomizzi**, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais e pelo



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

Presidente do CDEMP, **Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas**, que apresentou as boas vindas aos participantes do evento, registrando a grande afluência dos diretores, e agradeceu a presença das referidas autoridades e a calorosa recepção dos colegas das Minas Gerais, fazendo-a na pessoa do Dr. Jacson Rafael Campomizzi, Diretor do CEAF/MG. A seguir, foi dada a palavra ao Dr. Antonio de Padova Marchi Júnior, DD. Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais e Presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, que apresentou congratulações ao colegiado pela iniciativa em discutir temas tão relevantes como os cursos de ingresso, vitaliciamento e promoção no Ministério Público, afirmando que esta também é uma preocupação do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais. Também destacou a importância da tarefa das Corregedorias-Gerais do Ministério Público, a ser compartilhada com os Centros de Estudos e Formação no que respeita à preparação dos novos integrantes da carreira. Afirmou ter tido a oportunidade de consultar alguns Corregedores-Gerais, sendo comuns entre eles algumas idéias que foram explanadas a respeito dos cursos de ingresso, de vitaliciamento e dos cursos para promoção no Ministério Público. A seguir, o Presidente passou a palavra para o Dr. Jarbas Soares Júnior, DD. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que registrou a satisfação em sediar evento desse porte, que permite o entrelaçamento entre os Ministérios Públicos estaduais e o MP Federal e elogiou a iniciativa do CDEMP, em pautar temas tão relevantes. Afirmou, ainda, compartilhar das preocupações manifestadas pelo DD. Presidente do Egrégio Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, notadamente com relação aos novos integrantes da carreira. Em seguida, fez uso da palavra Dr. Rodrigo César Rebello Pinho, DD. Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo e Presidente do CNPG que, fazendo questão de dizer que falando como ex-diretor do CEAF/SP, reconhecia a enorme importância das Escolas do Ministério Público e da relevância do colegiado que reúne os seus diretores, destacando a importância dos CEAF's para as Procuradorias-Gerais na implementação da chamada Reforma do Judiciário. Discorreu, ainda, sobre a necessidade da descentralização das atividades das Escolas, com a implantação de ferramentas de ensino à distância e da tormentosa questão da aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de promoção e remoção. Finalizou sua participação afirmando que as conclusões eventualmente tiradas serão oportunamente



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

apresentadas ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Desfeita a mesa dos trabalhos, o Presidente do CDEMP recebeu e apresentou a todos o **Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros**, Subprocurador-Geral da República e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, que fez exposição sobre o tema "**Regulamentações já realizadas: experiências**", discorrendo sobre os Regulamentos do Curso de Ingresso e Vitaliciamento e Curso para Promoção do Ministério Público da União, aprovados em dezembro de 2006. Finalizando sua exposição, o Dr. Rodrigo formulou convite aos Diretores de Escolas para visita às instalações da ESMPU, em Brasília/DF. Ao término da elogiada exposição, manifestaram-se os diretores Drs. Kalache (ESMP/PR); Júlio Finger (CEAF/RS); Denílson (ESMP/MG), Antonio Padova (CGMP/MG) e Fernando (CEAF/BA). A seguir, com relação ao segundo item da pauta, frente à ausência dos Digníssimos integrantes da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público, que justificaram a impossibilidade de comparecimento, foram adiantados alguns assuntos do item "5" da pauta, a saber:

1. Vagas para Mestrado e Doutorado em Lisboa/Portugal: Uma vez que a Universidade de Lisboa ainda não havia encaminhado as informações solicitadas a respeito do próximo ano letivo, sugeriu o Presidente que fosse formada uma nova Comissão para o exame das propostas e divulgada a abertura de edital aos interessados, com a utilização dos mesmos critérios do ano anterior, cabendo a cada Escola o recebimento das inscrições e o seu encaminhamento ao CDEMP. Após a manifestação dos Drs. Oscar (ESMP/CE); Ronald (ES); Francisco (CEAF/AM); José Antonio Bents (ESMP/MA); Adélia (CEAF/SE); Kalache (ESMP/PR); Sumaia (CEAF/PA) e Denílson (ESMP/MG) foi aprovada a referida proposta, recomendando-se à comissão a ser formada o formal encaminhamento aos Procuradores-Gerais de Justiça dos membros do Ministério Público selecionados, de ofício insistindo na relevância do deferimento dos pedidos. Por votação unânime, a Comissão ficou formada pelo Presidente e pelos Diretores Drs. Júlio César Finger (CEAF/RS); Erivan José da Silva Lopes (ESMP/PI) e Fábria de Melo Fournier (CEAF/PA);
2. Formação de Comissão para a visita à Escola Superior do Ministério Público da União: Tendo em vista convite formulado pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, para visita às instalações da ESMPU e conhecimento sobre as ferramentas de ensino à distância ali utilizadas, foi



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

formada Comissão pelos Drs.: Gustavo (ESMP/SC; Denílson (ESMP/MG); Gilberto (CEAF/ES); Kalache (ESMP/PR) e Fernando (CEAF/BA); 3. Outros assuntos: A seguir, o Presidente fez sucinto relato sobre a sua presença na reunião dos Srs. Procuradores-Gerais de Justiça realizada em São Paulo, ocasião em que veio a entregar à Presidência daquele Colegiado uma cópia do trabalho realizado pelos Drs. Júlio César Finger e Susana Barros a respeito dos Cursos de Vitaliciamento de Membros do Ministério Público. Relatou, ainda, ter-se entrevistado, na mesma data, com o Sr. Presidente da CONAMP, Dr. José Carlos Cosenzo, deixando-lhe cópia do mesmo trabalho. Na seqüência, o Dr. Denílson (ESMP/MG) propôs fosse discutida na manhã seguinte a adoção de nova sistemática de trabalho pelo CDEMP, com a criação de grupos que, em horários e salas diferentes, pudessem discutir temas referentes às diversas qualificações jurídicas das Escolas (fundacionais, associativas e institucionais). Antes do encerramento da reunião, o Presidente formalmente apresentou voto de agradecimentos ao Dr. Oscar D'Alva e Souza Filho, Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Ceará, que mais uma vez brindava a todos os participantes com exemplares de suas obras, no que foi secundado por todos os Diretores de Escolas. Encerrados os trabalhos às 18:00 horas, os mesmos foram retomados no dia 04 de maio, às 9:00 horas. Nessa ocasião, na primeira parte da reunião, foram discutidos os seguintes assuntos: 1. Data para a reunião do CEDEMP em Setembro/2007, por ocasião da realização do Congresso Nacional do Ministério Público: Após a manifestação dos Drs. Fernando (CEAF/BA); Denílson (ESMP/MG); Humberto (CEAF/AL); Vera Nilva (CEAF/TO), Maria do Socorro (CEAF/AP); Júlio César (CEAF/RS) e Walkíria (ESMP/SC) foi aprovada por unanimidade proposta da última de antecipação da reunião ordinária do CDEMP por ocasião do Congresso Nacional do MP em meio período, definindo a Presidência a pauta para a eventual reunião conjunta com o CNPGJ e/ou CCGMP; 2. ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - O Dr. Maurício Kalache, Vice-Presidente do CDEMP (ESMP/PR) relatou a realização do II Encontro do Selo ENCLA, realizado em Brasília, no dia 29 de março p.p., com a participação do novo Secretário Nacional de Justiça, Dr. Antonio Carlos Biscaia, que reafirmou as prioridades do Ministério da Justiça no combate ao crime organizado, notadamente no enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro. Noticiou-se a inclusão do tema "**CORRUPÇÃO**" na ENCLA 2006 o



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

que, além da nova sigla ENCCLA, resulta na ampliação do conteúdo do PNLD. Foi apresentado pela Diretora do DRCI, Dra. Maria Rosa G. Loula um balanço detalhado das realizações do PNLD de 2004/2006. Ao ensejo, discutiu-se amplamente a revisão das ementas e a indicação de novos conteúdos. Por sugestão do CDEMP, tornou-se obrigatória a ementa intitulada “Tipologia da Corrupção”, atendendo, assim, às metas do ENCLA 2006 e incluíram-se duas novas ementas: “Imunidade tributária e lavagem de dinheiro” e “Uso indevido de processo judicial”. Além disso, a Corregedoria Geral da União foi admitida no PNLD como órgão colaborador na capacitação de agentes e eleita para ingressar no Comitê Gestor do PNLD, cuja composição passou a ser a seguinte: CDEMP, DRCI, CJF, COAF, ANP, EPGFN, FEBRABAN e CGU. Por unanimidade, foram reeleitos o CDEMP para a Presidência do Comitê, e o DRCI, para a Secretaria. Fazendo uso da palavra, o Dr. Denílson (ESMP/MG) relatou ter sido procurado pelo representante do Escritório da ONU, Dr. Giovanni Quaglia (UNDOC), que manifestou a intenção de prestar colaboração e tornar mais efetivo o retorno de dinheiro para o Brasil, enquanto o Dr. Jackson (CEAF/MG) convidou os Diretores de Escolas para participar do “Curso sobre lavagem de dinheiro 2007”, marcado para os dias 25 e 25/05 p.f., a ser realizado em Belo Horizonte, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais; Na seqüência, foi prestada uma homenagem ao **Dr. Ronald de Souza**, ex-Diretor da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público do Espírito Santo, com entrega de uma placa de louvor ao agraciado, com os agradecimentos do CDEMP pelos relevantes serviços por ele prestados ao Colegiado, fazendo uso da palavra o Presidente e o homenageado; **3) Apresentação do relatório da Comissão da proposta de critérios mínimos à configuração dos Cursos atividade jurídica (Dra. Fábria de Melo Fournier (CEAF/PA), Dr. Marcos Vinicius A. de Oliveira (ESMP/CE) e Dr. Ronald de Souza, coordenador (ESMP/ES));** Após a apresentação da Dra. Fábria de Melo Fournier (CEAF/PA) e do Dr. Marcos Vinicius A. de Oliveira (ESMP/CE), seguiram-se intensos debates a respeito da matéria, fazendo uso da palavra os colegas Walkíria (ESMP/SC); André (ESMP/RN); Kalache (ESMP/PR); Vera Nilva (CEAF/TO), Jackson (CEAF/MG), Fernando (CEAF/BA); Denílson (ESMP/MG); Maria do Socorro (CEAF/AP) e José Antonio Bents (ESMP/MA), restando deliberados os seguintes prazos: dia 07 de maio (segunda-feira), para o envio de sugestões à Presidência e o dia 11 de maio (sexta-feira)



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

para o envio de sugestões por escrito à Comissão. Foi, também aprovada, por unanimidade, a substituição do Dr. Ronald de Souza pela Dra. Walkyria Ruicir Danielski (ESMP/SC). Na seqüência, o Presidente retomou a discussão a respeito da adoção de nova sistemática de trabalho pelo CDEMP, com a criação de grupos, iniciando a formação de pauta para a próxima reunião, a ser realizada em Curitiba/PR. Fizeram uso da palavra os Drs. André (ESMP/RN); Gustavo (CEAF/SC); José Antonio Pereira (ESMP/MT) e Denílson (ESMP/MG) que, fez encaminhamento de delegação à Presidência para fazer gestões junto ao CNJ e Escolas da Magistratura sobre a adoção de reciprocidade no reconhecimento dos cursos e a conveniência do CDEMP obter personalidade jurídica. Com relação à pauta da próxima reunião, restou deliberado que num primeiro momento haverá a abertura do evento; no segundo a realização de reuniões setoriais (CEAF's – a cargo do Dr. Júlio César Finger) e Fundações e Associações (a cargo do Dr. Denílson Feitoza Pacheco) e, como pauta geral, a apresentação das Comissões sobre atividade jurídica e de Ensino á Distância. Por derradeiro, o Dr. Júlio Finger (CEAF/RS) relatou contato mantido com representantes do "Fórum Contra a Pirataria" e a intenção dos mesmos em participar de futuro encontro com os Diretores de Escolas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 14,00 horas, a Assembléia Geral, do que, para constar, eu, Nelson Gonzaga de Oliveira, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente

Luiz Fernando Calil de Freitas, Presidente _____

Nelson Gonzaga de Oliveira, Secretário _____